

O MODELO HOMÉRICO DE GUERRA E A TRADIÇÃO MILITAR DESENVOLVIDA NO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

Henrique Modanez de Sant'Anna*

RESUMO

Este artigo analisa o modelo homérico de guerra e a tradição militar desenvolvida no antigo oriente próximo, tendo como fundamento uma perspectiva histórica relacional. Desse modo, busca demonstrar que os dispositivos táticos presentes nas guerras do período clássico anunciavam seus princípios alguns séculos antes.

Palavras-chave: guerra, tática, tradição militar.

ABSTRACT

This article analyses the homeric way of war and the military tradition developed in the ancient near east, by the means a relational historical perspective. In this way, aims prove that the tactics employed in the war of the classical age produced its values some centuries before.

Key-words: warfare, tactics, military tradition

INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos realizar uma aproximação entre o modelo de guerra homérico e a linha de desenvolvimento militar organizada no oriente próximo, especialmente nas adaptações táticas elaboradas por egípcios, assírios e persas. O argumento que sustenta tal perspectiva está em sintonia com o princípio que incorpora a dimensão relacional no conhecimento histórico, mas obedece, evidentemente, a critérios mais particulares.

Segundo Arther Ferrill (1997), o exército macedônico (séc. IV a.C.) é o elemento de síntese de duas tradições militares: 1) a característica do mundo helênico desde a reforma hoplítica e que pode ser entendida a partir da escolha grega pela *sophrosyne* e 2) a especializada no recrutamento sistemático de cavalos e no seu

emprego em batalha, além da utilização de infantaria levemente armada como suporte para os destacamentos de elite.

Nesse sentido, sustentamos que a comparação dessas duas linhas de desenvolvimento militar permite uma melhor compreensão dos aspectos táticos surgidos ao longo das guerras greco-pérsicas, além de fornecer elementos para a consolidação de alternativas às formas pautadas em “centrismos” e que, portanto, pecam pela exclusão de culturas no cenário historiográfico. Sendo mais específico, pensamos que os problemas envolvidos nesta tradição oriental nos remete aos fundamentos da guerra persa no século V a.C., enfatizando sua dívida para com dispositivos táticos desenvolvidos pelo menos desde o neolítico e que foram re-significados por egípcios e assírios.

No que diz respeito à guerra homérica, as questões referentes às “lutas de heróis” precisam de maior atenção, dado que neste contexto já estavam anunciados os princípios que coordenaram as batalhas gregas em partes do período arcaico e durante todo o clássico. Basicamente, estamos diante de uma escolha entre os que afirmam os acréscimos posteriores de algumas informações na *Ilíada* (tal como armamentos de bronze) e de historiadores como Victor Davis Hanson, que insistem na impossibilidade do combate aberto e móvel com os armamentos empregados por muitos guerreiros homéricos.

Deste modo, consideramos ser interessante e produtivo o estabelecimento de uma abordagem comparativa que verse sobre os fundamentos dessas duas tradições militares, estranhas uma à outra até as guerras greco-pérsicas, fundidas na reforma do exército macedônico e, a partir daí, adaptadas como uma única força por meio da aproximação dos cartagineses e romanos ao longo do século III a.C.

1. ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO: EGÍPCIOS, ASSÍRIOS E PERSAS.

Quando pensamos na linha de desenvolvimento militar característica do oriente próximo (pelo menos desde os fins do paleolítico), estamos nos referindo à composição de uma tradição que envolve um conjunto de elementos referentes aos

armamentos e às práticas militares de culturas aproximadas simplesmente pelo modo como faziam a guerra. O conceito relevante nesses termos é o de “guerra organizada”, isto é, um ato legítimo de violência¹ que implica na existência de tropas com capacidade básica de formação. Segundo Ferrill, o emprego da organização em linha para o ataque e em coluna para a marcha são invenções pré-históricas, juntamente com as fortificações de caráter defensivo e as armas de curto e médio alcance (FERRILL, 1997: 13).

Sem esquecer que já no paleolítico a lança, a pedra e o fogo utilizados contra animais também foram direcionados contra os próprios homens, devemos ressaltar que o contexto de consolidação da “guerra organizada” nos remete a um momento posterior, poucas vezes entendido em seus aspectos militares. Estamos nos referindo à revolução neolítica, quando, nos termos de J. F. C. Fuller, “a muralha desafiou o carro de guerra e a defesa se tornou a forma mais forte de guerra” (FULLER, 1987: 2)

Momento em que a agricultura cerealífera e a domesticação de animais foram elaboradas, a revolução neolítica não deve ser entendida, conforme salienta Pierre Lévêque, como um único processo ou um momento efêmero de ruptura das atividades antigas. Do contrário, foi neste contexto que emergiram neolitizações específicas (como a danubiana, na qual a criação de gado cumpriu apenas função periférica), assim como coexistiram práticas sociais “velhas” e “novas” (LÉVÈQUE, 2001: 15-20). O aparecimento de armas como o arco, a funda, a adaga e a massa não substituiu prontamente a maneira com a qual a guerra era feita, mas aos poucos alterou a possibilidade de atuação do combate de arremesso², além de proporcionar o emprego de táticas e estratégias mais sofisticadas.

De acordo com Ferrill, os indícios encontrados nos fins do paleolítico e durante o neolítico possibilitaram o estabelecimento de um vínculo entre a guerra pré-histórica e a desenvolvida no oriente próximo, especialmente na relação entre egípcios, assírios e persas. A ligação se dá, em um nível inicial, pelo conhecimento de armamentos e táticas que foram empregadas e desenvolvidas basicamente pelos povos situados na região do Crescente Fértil e próximos ao Nilo. Em um nível mais avançado, enfatizamos a composição desta tradição militar a partir do emprego de infantaria organizada (leve e pesada), combinada aos flanqueamentos aplicados pelas forças de

cavalaria (em alguns casos, apenas com os carros de guerra) e ao aprimoramento de uma logística expressa tanto na convocação de tropas quanto nos ataques a fortificações.

1.1. OS EGÍPCIOS

Na transição do período compreendido entre as dinastias VIII e XIV (fim do Reino Antigo e estruturação do Reino Médio) da história egípcia, o recrutamento de camponeses aos poucos cedeu espaço para o surgimento de um exército mais profissional, integrado com um número considerável de tropas estrangeiras, a exemplo dos beduínos e núbios.

Durante o Reino Médio surge um novo oficial, o chamado “comandante das tropas de choque”, que controlam as unidades de assalto (FERRILL, 1997: 47) Sendo assim, torna-se evidente um aumento gradual na especialização do exército, ampliando suas atuações táticas e permitindo a formatação de um quadro que ilustra o maior nível de sofisticação bélica dos egípcios (Reino Novo) (CARDOSO, 1992: 60). Em outras palavras, no período que compreende as dinastias XVIII e XX, a força militar altamente organizada submetida às vontades do faraó foi capaz de transformar o militarismo defensivo dos tempos anteriores em verdadeiras campanhas de conquista.

Durante a reestruturação política obtida com o fim do que consideramos ser o segundo período intermediário (1640 – 1550 a.C.), a contribuição militar dos hicsos não pode ser ignorada pelo fato desse povo ter sido expulso. Sendo um pouco mais enfático, a inserção de novas técnicas militares pelos hicsos foi definitiva para o militarismo egípcio. Armas diferenciadas, procedimentos de fortificação e o emprego do carro de guerra como principal instrumento ofensivo de choque foram elementos preciosos para o sucesso obtido nas várias campanhas de Thutmés III (1504 – 1450 a.C.), faraó da XVIII dinastia.

No que se refere ao sucessor político de Hatshepsut, interessa-nos o direcionamento dado à Síria e a Palestina, no momento do ataque direto ao centro estratégico dos mitanianos. Jean Vercoutter, em seu livro *O Egito Antigo*, sustenta que

Thutmés III teve que comandar dezessete expedições com a finalidade de impor a hegemonia egípcia durante seu reinado (VERCOUTTER, 1986: 78).

O exército disponível aos faraós do Reino Novo estava organizado em divisões de aproximadamente cinco mil homens (podendo este número variar com a época), entre contingentes de infantaria e carros de guerra. Estas divisões, que possuíam nomes advindos do pensamento religioso egípcio (divisão de Amon, por exemplo), eram taticamente independentes e integradas com vinte comandantes de companhia, cada uma com duzentos e cinquenta homens (FERRILL, 1997: 53).

Nas primeiras campanhas, o faraó iniciou uma reconquista da Síria e da Palestina, permanecendo centrado na segurança de suas vias de comunicação. Logo em seguida, a partir da quinta campanha, assumiu uma ofensiva a região fenícia, abrindo possibilidades de ataque ao ponto nuclear das forças de seus inimigos. Como as bases das regiões fenícias conquistadas não estavam tão firmes, teve que investir contra sublevações constantes, para só depois prosseguir com o ataque final contra os mitanianos, esmagando-os e perseguindo-os pelas montanhas. A partir da definitiva oitava campanha, o que se seguiu foram “campanhas de manutenção” (VERCOUTTER, 1986: 78).

1.2. OS ASSÍRIOS

Tendo permanecido por mais de um século obstinados a impor seu domínio sobre o oriente próximo, os assírios jamais o conseguiram de forma plena, isto é, com focos de revolta armada minimizados. Além de o império³ (721-610) ser “sacudido por graves crises políticas”, quase todas elas referentes ao problema dinástico, as guerras nas fronteiras “grassavam de forma endêmica” (GARELLI, 1982: 97).

Segundo Ferrill, os traços essenciais da grande estratégia⁴ assíria surgem exatamente nesse contexto, como resposta às três frentes de batalha fixadas desde o final do século X: a região montanhosa de Urartu, inicialmente controlada pelos hurrianos; a região sul da Babilônia, em adição à instabilidade dos elamitas; os israelitas

a oeste. A necessidade de investidas nas três regiões de forma quase simultânea fez com que essa região fosse chamada por Ferrill de “triângulo assírio” (FERRILL, 1997: 68)

Diante da flexibilidade exigida para a atuação em áreas tão distintas, podemos analisar de forma breve dois aspectos da prática militar assíria: o suprimento de cavalos para a formação das tropas de elite do exército real e as técnicas empregadas na guerra de cerco.

A integração da infantaria pesada e levemente armada com as forças montadas segue um direcionamento específico entre os assírios, pois eles foram o primeiro grande poder a utilizar unidades regulares de cavalaria, embora os cavaleiros tenham sempre permanecido como elite das tropas de choque. Ao constituir tropas montadas integradas e regulares, o exército assírio tornou mais eficiente o emprego do cavalo na guerra, pois superou em parte tanto os problemas referentes ao recrutamento quanto as limitações dos carros de guerras, que exigiam um terreno plano para a execução das manobras.

O sucesso no sistema de suprimento de cavalos com fins de composição do exército real deve-se em especial à distribuição de funções que reproduziam a lógica de recrutamento constante e legítimo de cavalos para a guerra. Este é o caso do *musarkisu*, oficial responsável por viajar de aldeia em aldeia coletando cavalos para o rei. Assessorado por escribas e ajudantes, trabalhava para uma partição do exército como, por exemplo, a cavalaria que servia de guarda pessoal do rei (FERRILL, 1997: 71).

No que diz respeito à poliorcética, podemos destacar três momentos básicos no emprego destas técnicas de assédio. Inicialmente, a marcha contra a cidade. Em muitos casos, somente a presença do exército é suficiente para intimidar qualquer tipo de resistência armada e a cidade pode ser tomada sem derramamento de sangue. Por último, se a intimidação e a infiltração falharem, resta apenas o ataque direto às fortificações. Nesta situação, as técnicas variam muito.

1.3. OS PERSAS

O quadro configurado com a queda de Nínive, cidade que fazia convergir as mais importantes rotas que ligavam “todas as regiões povoadas do oriente próximo” (LEICK, 2003: 243), indicou um domínio neo-babilônio de quase sessenta anos, juntamente com a ascensão dos lídios na Anatólia e a afirmação da independência egípcia. Com a expansão persa, especialmente sob o comando de Ciro (559 – 530 a.C.) e de seu filho Cambises (530 – 522 a.C.), as regiões da Lídia, do Egito e da Babilônia foram conquistadas, indicando uma ampliação do poderio aquemênida, estendido da província de Hindush no Indu à Iônia, no Egeu.

Entre 521 e 486 a.C., durante o governo de Dario I, o império estava dividido em vinte províncias e a fronteira egéia era no século V a.C., portanto, apenas um componente (FERRILL, 1997: 80). Devido à vasta extensão do território imperial, os requerimentos exigidos para sua defesa apresentavam uma sofisticação logística sem precedentes no oriente próximo.

Esquemmatizando, os persas tiveram que enfrentar problemas maiores em quatro frentes: ao norte, com os citianos, próximos ao mar negro; a leste, na Sogdiana e na Bácia, frequentemente atacadas por hordas nômades; a noroeste com os gregos e pouco mais tarde com os macedônios; a sudoeste com os egípcios, que se mantiveram como freqüente foco de tensão.

O exército utilizado nessas frentes de batalha era composto por uma força heterogênea e sem grande coesão tática. O armamento da infantaria persa consistia basicamente no arco (ainda que os soldados portassem uma pequena lança e adaga) e um pequeno escudo feito de vime. Os contingentes advindos das satrapias eram tão variados quanto o próprio império, existindo diferenças no material usado para a composição das armaduras (em escamas, couro ou tecido), das armas (arco simples, composto, lança de arremesso ou de combate corpo-a-corpo) e da organização das tropas (FERRILL, 1997: 82).

A forma de distribuição de tropas tão diversificadas atendia talvez a possibilidade mais evidente, isto é, a divisão em números. O exército “desmembrava-se” em unidades de dez, de milhares de homens até apenas poucos soldados.

Obviamente, esse também era o caso dos Imortais, elite persa que compunha a guarda pessoal do imperador, cotada em aproximados dez mil membros.

Segundo Ferrill, o exército persa apresentava duas grandes fraquezas: a inexistência de infantaria pesadamente armada e a carência de coesão tática, estimulada pela heterogeneidade das tropas (FERRILL, 1997: 83). No que diz respeito às linhas de centro do exército, os infantes munidos de armamentos leves não fez diferença considerável até o contato com os gregos mostrar o inverso. No entanto, embora os persas tenham aprendido ao longo do século V a.C. que contratar mercenários gregos era eficiente, tal aproximação nunca exerceu uma influência reformadora, que desenvolvesse no exército persa uma alteração completa em sua deficiente infantaria⁵.

O outro ponto a ser desenvolvido se refere à desarmonia tática das tropas formadas por diversas etnias e que compunham o exército do Grande Rei. Os dispositivos táticos não podiam variar muito devido às limitações impostas pela infinidade de disposições e especialidades do contingente. Isso não significa dizer que o exército persa fosse uma massa de soldados confusos, pois já vimos que sua organização estava pautada em unidades de dez e tanto o posicionamento das tropas montadas quanto o dos infantes se encontrava previamente estabelecido. A questão aqui é outra: tropas heterogêneas, dispostas de diversas formas e contadas por números não inspiravam grandes variações táticas, devido à carência na combinação harmônica de suas especialidades.

Diante do pioneirismo assírio em destacar unidades de cavalaria, mesmo mantendo os carros de guerra como elite das tropas de choque e do vínculo de sua prática militar com a dos egípcios e a dos persas, podemos concluir três situações.

Em primeiro lugar, no Egito, especialmente no Reino Novo, o exército encontrava-se altamente organizado, tendo desenvolvido técnicas surgidas pelo menos desde o fim do paleolítico e disposto as tropas de modo a possibilitar com grande eficiência seu deslocamento em diversas campanhas fronteiriças.

Entre os assírios, os carros de guerra adaptados pelos egípcios produziram um desdobramento relevante, isto é, as tropas montadas de arqueiros. A cavalaria não pôde

disputar espaço em campo de batalha com os consolidados carros de guerra, mas notamos neste momento um indício do que depois será ampliado com os persas. Especialmente a partir dos combates travados na Lídia, o rei Ciro percebeu o “potencial tático” da cavalaria (FERRILL, 1997: 84), dispondo-as nas alas, em posição de investir contra os flancos ou retaguarda do inimigo. Neste momento e, por dedução, quando os persas enfrentaram os gregos no século V a.C., o carro de guerra havia perdido espaço para as tropas montadas, sendo utilizados apenas em ocasiões esporádicas.

Paralelamente a tradição militar desenvolvida no oriente próximo, estabelecia-se de modo independente e em uma perspectiva bastante diversa, um padrão de guerra que caracterizará o mundo grego dos fins do século VIII a.C. a partes do V a.C., especificamente até a revolução militar ocorrida com o choque entre essas duas tradições por séculos desconhecidas uma da outra. Sendo assim, prosseguimos nossa análise a partir do estudo acerca dos fundamentos da guerra helênica.

2. O MUNDO GREGO: DO HERÓI AO HOPLITA

A batalha no período homérico sempre foi tratada em oposição aquelas travadas a partir do século VII a.C., quando a disciplina pode ser constituída na figura do soldado-cidadão pesadamente armado. A guerra homérica era pensada quase que como um conjunto de duelos dirigidos pelos dardos arremessados por heróis sedentos de combates individuais. Partindo de Joachim Latacz, W. K. Prichett e Hanson afirmam que a panóplia hoplita destacada na *Ilíada* era incompatível com o combate individualizante. Sendo assim, a construção de uma “luta de heróis”, pautada na capacidade marcial do guerreiro e na mobilidade das tropas, deve ser repensada (WEES, 1994).

De acordo com Claude Mossé, o fato do chefe de campanha homérico dispor sempre de um conselho (composto de reis ou anciãos) e de poder organizar uma assembléia de guerreiros em acampamento militar produz o problema referente à “emergência da dimensão política anunciadora da cidade-estado” (MOSSÉ, 1984: 88). Isso significa dizer que tanto o princípio da organização hoplita quanto a questão do exercício de consenso (em maior ou menor número) característico da pólis clássica já estavam expressos nos fins do período homérico.

A postura de Hans Van Wees parece-nos satisfatória, pois encara que não existe contradição entre a presença de armamentos hoplitas em alguns dos guerreiros da *Iliada* e a “formação móvel e aberta de combate” (WEES, 1994: 131). Para isso, parte de duas observações gerais a respeito da obra de Homero: a heterogeneidade do equipamento dos heróis e a presença do elemento fantástico, especialmente no que se refere a esse equipamento.

Segundo Van Wees, a escolha da lança e da espada como principais armas para o combate corpo-a-corpo, o desaparecimento do carro de guerra no cenário da batalha (percebido a partir de aproximadamente 700 a.C.) e a diferença gradualmente fixada entre os guerreiros levemente e pesadamente armados (o que acarretou em perda de prestígio para o primeiro) ilustram uma disparidade significativa entre o modo de guerrear no período homérico e no clássico. Por outro lado, ainda servindo-se de Homero, enfatiza a eficiência na colaboração, mesmo que momentânea, entre guerreiros ou heróis. Observando o desdobramento deste aspecto no período clássico, percebemos que o fundamento da falange clássica é justamente o “suporte mútuo oferecido por todos os combatentes” (WEES, 1994: 148) Sendo assim, podemos sustentar que as oposições entre homérico e clássico são fruto de um posicionamento dualista e, portanto, simplista.

Deve estar claro que alguns princípios da organização hoplítica, assim como armamentos usados por hoplitas, já se encontravam disponíveis no período homérico e foram aos poucos ganhando espaço, mas que existiam especificidades bélicas no contexto construído por Homero e que, portanto, o diferenciam do momento posterior. Exemplo disso é a batalha entre Heitor e Aquiles, travada sob a cólera do filho de Tétis⁶.

Tendo aceitado o combate, Heitor hesitou em enfrentar Aquiles abertamente até que Atena agiu em favor do Pelida e confundiu o troiano. Diante do inevitável e mortal confronto, o filho de Príamo apenas pôde solicitar um acordo em prol da realização das honras fúnebres ao perdedor. A esse pedido, que comprova a relação direta existente entre a bela morte e os cuidados com o morto, Aquiles responde:

“Odiosíssimo Heitor, não me fales em pactos solenes.
Como é impossível entre homens e leões haver paz e confiança,
ou que carneiros e lobos revelem iguais sentimentos,
pois nutrem ódio implacável e danos meditam recíprocos,
não pode haver entre nós amizade nenhuma, nem pactos
ou juramentos solenes, até que um de nós caia morto
e, com seu sangue, a Ares forte sacie, o guerreiro incansável” (HOMERO,
Ilíada, XXII, 261-267)

Às ofensivas palavras de Aquiles, seguem-se o arremesso de lanças e a subsequente luta corpo-a-corpo. Portando a valiosa armadura de Pátroclo, Heitor sucumbe pela hasta longa enterrada em seu pescoço e, com a faringe intacta, reclama em vão que seu corpo não seja “atirado aos cães”. Aquiles, personificação da *lyssa*, isto é, a “embriaguez que se apossava do guerreiro homérico durante o combate” (MOSSÉ, 1984: 143), fura os tendões do príncipe e arrasta seu corpo para longe das impenetráveis muralhas de Tróia.

A luta entre Aquiles e Heitor, juntamente com os duelos entre Ájax e Heitor, Páris e Menelau, Diomedes e Enéias ilustram um modo de guerrear que é definitivamente diverso do encontrado no decorrer do período arcaico. Sendo assim, a consideração da oposição entre a guerra homérica e de hoplitas não deve ser retomada, mas a postura que sustenta exclusivamente o princípio de guerra hoplítica devido à natureza dos armamentos homéricos representa uma inversão do erro.

A partir das reflexões elaboradas acima, podemos sustentar que existem dois padrões de conduta a serem pensados na guerra homérica e que, de certo modo, definiram o contexto subsequente de consolidação da falange hoplítica: o diomedeano e o ulisseano.

Aquiles poderia encarnar o símbolo da *lyssa*, isto é, da embriaguez obtida na batalha por meio da realização da capacidade combativa individual, se formasse com Ulisses “um par insolúvel, cujos membros se completam alternativamente de forma admirável” (BRIZZI, 2003: 12). No entanto, Diomedes é quem forma um par de eficiência inquestionável com Ulisses e que é capaz de derrotar o grande Ájax em combate simulado, além de conseguir com sucesso provocar Agamênon. Diomedes é, ao lado do Pelida, o herói mais forte da Ilíada e pelos motivos detalhados acima, está

mais próximo de poder incorporar a força do guerreiro que desponta por sua qualidade individual.

Por outro lado, Ulisses é o herói *polýmetis*, isto é, astúcia personificada, encarnada nos estratagemas elaborados sempre levando em consideração o poder da coesão. Mesmo o cavalo de Tróia, que teria sido uma idéia de Atena aplicada apenas por Ulisses, não deixa de lado o emprego de uma frota de homens envolvida em um mesmo fim, regida a todo instante pelo princípio da unidade da ação. Desse modo, Ulisses passa a ser entendido como o padrão de conduta que delimitou o fundamento da falange hoplítica.

Por último, devemos ressaltar que os desdobramentos da prática militar homérica (entendida nesses termos) contribuíram de forma decisiva para a guerra tal qual empregada pelos gregos durante os conflitos contra os persas no decorrer do século V a.C. Em contrapartida, as reflexões acerca da tradição militar desenvolvida no oriente próximo permitem uma análise mais clara das guerras greco-pérsicas, porque insere na perspectiva historiográfica o ponto necessário ao exercício do princípio relacional.

BIBLIOGRAFIA

ASHERI, David. *O Estado Persa: ideologias e instituições no império aquemênida*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRIZZI, Giovanni. *O Guerreiro, o soldado e o legionário*. São Paulo: Madras, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERRILL, Arther. *The Origins of War*. New York: Westview Press, 1997.

FULLER, J. F. C. *A military history of the western world (I): from the earliest times to the battle of Lepanto*. New York: Da Capo Press, 1987.

GARELLI, P. & NIKIPROWETZKY, V. *Oriente Próximo asiático: impérios mesopotâmicos, Israel*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1982.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução dos versos de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

LÉVÈQUE, Pierre. *As primeiras civilizações (I)*. Lisboa: Edições 70, 2001.

MOSSÉ, Claude. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa, Edições 70, 1984.

WESS, Hans Van. The Homeric way of war: The 'Iliad' and the hoplite phalanx (II). *Greece & Rome*, 2nd ser., vol. 41, nº 2, oct. 1994, pp. 131-155.

VERCOUTTER, Jean. *O Egito antigo*. São Paulo: DIFEL, 1986.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

* Professor do departamento de história da Universidade Estadual de Goiás e mestrando em história antiga pela Universidade Federal de Goiás.

¹ Legítimo porque precisa ser justo, de acordo com o discurso de quem realiza a guerra.

² Com o arco e a flecha, o alcance antes conseguido com a lança de arremesso praticamente dobrou (FERRILL, 1997: 25).

³ David Asheri chama atenção para o fato de que a Antiguidade conheceu entidades políticas diversas e que a designação “império” é tanto devedora do vocabulário romano como insuficiente (ASHERI, 2006: 35). Nesse sentido, toda a estrutura de controle político de um povo possui designações próprias, mas a submissão de outros povos a um poder central, legitimando-o por tributação (em espécie ou tropas) pode ser entendida como poder imperial sem que com isso corramos grandes riscos de imprecisão hermenêutica.

⁴ Plano maior que visa a preservação do Estado, incluindo suas fronteiras e cidades.

⁵ Deficiente para o choque contra uma infantaria pesada.

⁶ A *Ilíada* trata antes da fúria do aqueu Pelida do que da guerra de Tróia. Esta é apenas o cenário para que o guerreiro busque sua bela morte (VIDAL-NAQUET, 2002: 53).